

**PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE
LOCAÇÃO REALIZADO ENTRE O CONSELHO
REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS - 6ª
REGIÃO E JOSÉ AROLD SOARES.**

O Conselho Regional de Serviço Social - CRESS-MG 6º R., CNPJ nº17.383.712/0001-30, neste ato representado por sua Presidente, Julia Maria Muniz Restori, RG nº. M - 133221 SSP-MG, CPF nº 618.978.926-91, com sede em Belo Horizonte, na Rua Tupis, 485, sala 502, Centro, Ed. Assumpção, doravante denominado LOCATÁRIO, e, de outro lado, **JOSÉ AROLD SOARES**, brasileiro, casado, profissão Advogado, RG M-110.026-SSP/MG, CPF nº 149.065.386-49, residente a Rua Juca Miranda, nº200, Bairro Jardim São Luiz, Montes Claros/MG, doravante denominado LOCADOR, celebram o presente Contrato, de acordo com as Leis Federais nºs. 8.245 de 18 de outubro de 1991 e nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

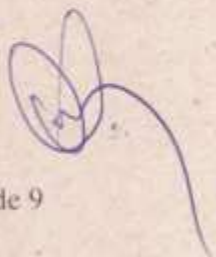
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O imóvel objeto desta locação, destinado exclusivamente ao funcionamento da Seccional Montes Claros do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região, localizado na Avenida Coronel Prates, 348, Edifício Athenas, sala 1002, Montes Claros/MG, cadastrado na Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), para efeito fiscal de IPTU sob número 1.473.948, adquirido pelo Locador conforme Contrato de Promessa de Compra e Venda, de 13/11/1999, e apresenta as características constantes no laudo de avaliação anexo. (39400-104)

Parágrafo único. Em razão do locatário já se encontrar na posse do imóvel, tendo em vista a existência de contrato de locação posterior e que já fora aditivado por 60 meses de acordo com a Lei 8666/90, não há que se falar em entrega das chaves.

Michelle Araújo Rodrigues
Assessoria Jurídica - OAB/MG 87.349
CRESS 6ª Região

Restori



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE LOCAÇÃO

O prazo de locação compreende o período de 01 (um) ano. Com início em 1º de setembro de 2017 e com término em 31 de agosto de 2018, nos termos do § 3º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

O término deste Contrato ocorrerá independentemente de qualquer aviso, notificação, interpelação judicial ou extra judicial, ressalvada a hipótese de prorrogação da locação, que deverá ser feita conforme propedêutica do § 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.


CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO, FORMA DE PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO

O LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR, mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao vencido, a importância de R\$ 983,64 (novecentos e oitenta e três reais e sessenta e quatro centavos), em moeda corrente, totalizando R\$ 11.803,68 (onze mil, oitocentos e três reais e sessenta e oito centavos) o valor deste Contrato de Locação.

O pagamento do valor do aluguel será realizado através de depósito bancário junto ao Banco do Brasil S.A., Agência 5018-0, Conta Corrente 5.273.950-3, a ser efetuado antes do prazo de vencimento acima descrito, em moeda corrente, após emissão dos recibos de pagamento, que não deverão conter rasuras ou emendas, sendo que a exibição apenas do último deles, em nenhuma hipótese, quita débitos anteriores porventura existentes.

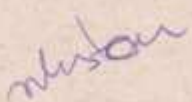
O LOCATÁRIO deverá quitar nas datas de seus vencimentos os encargos locatícios de condomínio, água, luz, IPTU e outras taxas que venham a recair sobre o imóvel, podendo o LOCADOR em caso de constatação de inadimplência dos mesmos, lançar os respectivos valores para serem pagos juntamente com o aluguel, com exceção das obrigações do Locador previstas no art. 22 da Lei 8.245/91.

O LOCATÁRIO se obriga a pagar proporcionalmente aos meses de locação os encargos anuais locatícios mencionados no parágrafo terceiro desta Cláusula, bem como entregar as guias originais de IPTU, todo ano, devidamente quitadas, ao LOCADOR, até o prazo de vencimento da última parcela.


Michelle Araújo Rodrigues
Assessora Jurídica - OAB/MG 87.349
CRESS 6ª Região

SEDE: (31) 3226-2083 | cress@cress-mg.org.br
Rua Tupis, 485 - sala 502 - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP 30190-060

SECCIONAL JUIZ DE FORA: (32) 3217-9186 | seccionaljuizdefora@cress-mg.org.br
Av. Barão do Rio Branco, 2595 - sala 1103/1104 - Juiz de Fora - MG - CEP 36010-907


SECCIONAL MONTES CLAROS: (38) 3221-9358 | seccionalmontesclaros@cress-mg.org.br
Av. Coronel Prates, 348 - sala 1002 - Centro - Montes Claros - MG - CEP 39400-104

SECCIONAL UBERLÂNDIA: (34) 3236-3024 | seccionaluberlandia@cress-mg.org.br
Rua Machado de Assis, 501 - Loja 16 - Centro - Uberlândia - MG - CEP 38400-112

Compete ao LOCATÁRIO manter a ligação de luz e água, em seu nome, junto às concessionárias, bem como pagar as respectivas despesas e promover o desligamento e quitação de todos os débitos, inclusive consumo final, na época da devolução do imóvel, sob pena de se responsabilizar-se por eventuais ônus oriundos do descumprimento desta cláusula.

A falta de pagamento, nas datas de seus respectivos vencimentos, de aluguéis e/ou acessórios da Locação, por si só constituirá o LOCATÁRIO em mora, independente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, bem como será cobrada multa moratória correspondente a 10% (dez por cento) do débito, não podendo, nos termos do art. 416 do Código Civil Brasileiro, eximir-se, sob qualquer pretexto, dessa pena contratual, acrescida de correção monetária diária segundo os indexadores governamentais oficiais vigentes à época e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

O pagamento do aluguel, após a data do vencimento, será acrescido também de honorários advocatícios, caso a cobrança seja feita por advogado (a) contratado (a) pelo LOCADOR, ainda que não tenha iniciado o procedimento judicial, à razão de 20% (vinte por cento) do total do débito.

§1º Se por algum motivo ou circunstância o LOCADOR conceder qualquer desconto ou concordar em receber qualquer pagamento fora dos prazos mencionados neste contrato, tal fato só poderá ser entendido como mera liberalidade, incapaz de modificar, invalidar ou prejudicar o valor mensal locativo e o rigor dos prazos contratuais.

§2º. O aluguel mensal poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, com base na taxa obtida da média aritmética acumulada nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao último mês de vigência do contrato (IGPM/FGV) ou seu substitutivo.

§3º. Para que seja efetuado o reajuste anual previsto no parágrafo anterior, o LOCADOR deverá, até 30 (trinta) dias antes do vencimento dos 12 (doze) meses vigentes, solicitar por escrito, o reajuste previsto no parágrafo décimo desta Cláusula.

§4º. Imposto de Renda Retido na Fonte: Havendo incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre o aluguel pago pelo LOCATÁRIO, obriga-

Michelle Araújo Rodrigues
Assessora Jurídica - OAB/MG 67.349
CRESS 6ª Região

Michelle

se este a entregar no início de janeiro de cada ano o respectivo comprovante de retenção, nos termos da Legislação Fiscal.

CLÁUSULA QUARTA - DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução deste Contrato correrá por conta da Dotação Orçamentária nº.6.2.2.1.1.01.04.03.004.004, objeto de gasto em Locação de Bens Móveis e Imóveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA DESTINAÇÃO E USO DO IMÓVEL

O imóvel locado destina-se, conforme Cláusula Primeira deste Instrumento, ao funcionamento da Seccional Montes Claros do CRESS 6ª Região, não podendo o LOCATÁRIO mudar a sua destinação sem prévio e expresso consentimento do LOCADOR.

Não poderá o LOCATÁRIO ceder ou transferir os direitos oriundos do presente Contrato, bem como sublocar ou emprestar o imóvel, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento do LOCADOR.

§1º. O LOCATÁRIO declara estar ciente das disposições do condomínio, sua Convenção e Regulamento Interno e se obriga, por si, seus prepostos e, em nome do LOCADOR, a cumprir-os integralmente, sob pena de responder pelas cominações legais, conseqüentes da inadimplência, além de cometer infração contratual.

§2º. O LOCATÁRIO declara estar ciente das condições físicas do imóvel e que cabe a este tomar as providências necessárias para adaptá-lo à finalidade para a qual o alugou, por sua conta, risco e responsabilidade, ficando o LOCADOR isento de qualquer indenização ou responsabilidade, inclusive no que diz respeito à concessão do Alvará de Licença para Funcionamento junto à Prefeitura Municipal, sendo que ao final do Contrato, o imóvel deverá ser entregue conforme o Laudo de Vistoria.

§3º. Todos os avisos, comunicações, circulares, intimações e quaisquer documentos endereçados ao LOCADOR deverão ser imediatamente entregues ao LOCATÁRIO sob pena de responsabilidade civil, bem como multas, juros, custas e quaisquer outros acréscimos que acaso possam ser exigidos do destinatário.

Michelle Araújo Rodrigues
Assessora Jurídica - OAB/MG 87.348
CRESS 6ª Região

SEDE: (31) 3226-2083 | cress@cress-mg.org.br
Rua Tupix, 485 - sala 502 - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP 30190-060

SECCIONAL JUIZ DE FORA: (32) 3217-9186 | seccionaljuizdefora@cress-mg.org.br
Av. Barão do Rio Branco, 2595 - sala 1103/1104 - Juiz de Fora - MG - CEP 36010-907

SECCIONAL MONTES CLAROS: (38) 3221-9358 | seccionalmontesclaros@cress-mg.org.br
Av. Coronel Pratos, 348 - sala 1002 - Centro - Montes Claros - MG - CEP 39400-104

SECCIONAL UBERLÂNDIA: (34) 3236-3024 | seccionaluberlandia@cress-mg.org.br
Rua Machado de Assis, 501 - Loja 16 - Centro - Uberlândia - MG - CEP 38400-112

Página 4 de 9

5º Região

§4º. Fica facultado ao LOCADOR, procurador ou preposto desta, vistoriar o imóvel sempre que julgar necessário, no horário das 13h00min às 19h00min, desde que previamente comunicado ao LOCATÁRIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

O LOCATÁRIO informa que o imóvel se encontra em perfeito estado de limpeza, conservação e funcionalidade, conforme descrito no Laudo de Vistoria (realizado no momento em que lhe foi entregue o imóvel), que é parte integrante deste Contrato, e obriga-se pela sua conservação, trazendo-o sempre em bom estado de higiene e limpeza, responsabilizando-se pela imediata reparação de qualquer estrago causado por si, seus dependentes e visitantes, obrigando-se, ainda, a restituí-lo, quando da rescisão do Contrato, em idênticas condições, inclusive com a caixa de gordura limpa e a pintura com a mesma marca de tinta e cores que lhe foram entregues. Sendo necessária a substituição de qualquer aparelho ou peça das instalações, fica entendido que essa substituição se fará por conta do LOCATÁRIO e por outra da mesma qualidade e dimensão, de forma a ser entregue o imóvel, quando devolvidas às chaves, em condições de ser novamente alugado, sem que, para isso, sejam necessárias quaisquer despesas por parte do LOCADOR.

§1º. O LOCATÁRIO está ciente que é terminantemente proibido fazer furos ou uso de pregos e parafusos em paredes, azulejos, cerâmicas, pisos, portas e janelas, assim como nas partes externas do imóvel. É igualmente vedado estocar, guardar ou manter substâncias, materiais ou equipamentos explosivos, inflamáveis ou que exalem mau cheiro. Caso qualquer azulejo seja perfurado, o mesmo deverá ser substituído por material igual ao original, principalmente no tocante a qualidade e cor, ficando ainda o LOCATÁRIO, quando impossível for a substituição do(s) azulejo(s) perfurado(s), responsável pela recolocação de toda a parte azulejada que se fizer necessária para a perfeita recuperação do imóvel.

§2º. Quaisquer reclamações ou observações a respeito do Laudo de Vistoria inicial deverão ser protocoladas e encaminhadas, por escrito e, em duas vias, para o LOCADOR, no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da data do recebimento das chaves pelo LOCATÁRIO.

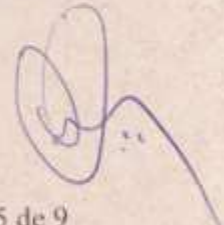
1
Michelle Araújo Rodrigues
Assessora Jurídica - OAB/MG 87.349
CRESS 6ª Região

SEDE: (51) 3226-2083 | cress@cress-mg.org.br
Rua Tupis, 485 - sala 502 - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP 30190-000

SECCIONAL JUIZ DE FORA: (32) 3217-9186 | seccionaljuizdefora@cress-mg.org.br
Av. Barão do Rio Branco, 2595 - sala 1103/1104 - Juiz de Fora - MG - CEP 36010-907

SECCIONAL MONTES CLAROS: (38) 3221-9358 | seccionalmontesclaros@cress-mg.org.br
Av. Coronel Prates, 348 - sala 1002 - Centro - Montes Claros - MG - CEP 39400-104

SECCIONAL UBERLÂNDIA: (34) 3236-3024 | seccionaluberlandia@cress-mg.org.br
Rua Machado de Assis, 501 - Loja 16 - Centro - Uberlândia - MG - CEP 38400-112

milston

Página 5 de 9

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS REPARAÇÕES E BENFEITORIAS

Sem prévia autorização do LOCADOR, por escrito, não poderá ser introduzida qualquer modificação e benfeitoria no imóvel locado, sob pena de constituir infração contratual, podendo, inclusive, ser causa de rescisão do presente contrato e despejo, independente da obrigação de o LOCATÁRIO restituir o imóvel nas condições originais.

§1º. Para que sejam realizadas alterações, adaptações e/ou benfeitorias no imóvel, o LOCATÁRIO só poderá efetua-las com autorização expressa e antecipada do LOCADOR, com antecedência de 30 (trinta) dias.

§2º. Quando da autorização, deverão estar claras entre as partes, se estas benfeitorias serão descontadas dos valores previstos em locação ou convertidas em períodos de locação isentos de taxa, ou ainda não terão direito a retenção, indenização ou remoção das mesmas, quando findo o Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste Contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei, e expressamente em Termo Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções administrativas pela inexecução total ou parcial do Contrato o CRESS – 6ª Região poderá, garantido à defesa prévia, aplicar ao LOCADOR, as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

§1º. Serão cobradas as seguintes multas:

- I – 0,2% ao dia, sobre o valor do aluguel mensal contratado, no caso de atraso na assinatura do Contrato ou entrega das chaves, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- II – 0,2% ao dia, sobre o valor do aluguel mensal, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, em caso de problemas ocorridos no imóvel, em decorrência de vícios ou defeitos anteriores à locação, de responsabilidade do LOCADOR, sem solução de causa dentro do prazo máximo de 15 (quinze dias), contados a partir da notificação feita pelo LOCATÁRIO;

Michelle Araújo Rodrigues
Assessora Jurídica - OAB/MG 87.349
CRESS 6ª Região

SEDE: (51) 3226-2083 | cress@cress-mg.org.br
Rua Tupis, 485 - sala 502 - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP 30190-060

SECCIONAL JUIZ DE FORA: (32) 3217-9186 | seccionaljuizdefora@cress-mg.org.br
Av. Barão do Rio Branco, 2595 - sala 1103/1104 - Juiz de Fora - MG - CEP 35010-907

SECCIONAL MONTES CLAROS: (58) 3221-9358 | seccionalmontesclaros@cress-mg.org.br
Av. Carmel Prates, 348 - sala 1002 - Centro - Montes Claros - MG - CEP 39400-104

SECCIONAL UBERLÂNDIA: (34) 3236-3024 | seccionaluberlandia@cress-mg.org.br
Rua Machado de Assis, 501 - Loja 16 - Centro - Uberlândia - MG - CEP 38400-112

mls
Página 6 de 9

III - 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado no caso de desistência do aluguel - será considerada desistência, quando o LOCADOR não assinar o Contrato ou assina-lo, mas não proceder a entrega das chaves;

§2º. A multa prevista no inciso I será descontada quando da apresentação do primeiro recibo e/ou nota fiscal; quanto à definida no inciso II, será descontada quando da apresentação da fatura relativa ao mês em que tiver ocorrido o problema.

§3º. Ocorrido qualquer problema de responsabilidade do LOCADOR, sem solução de causa dentro do prazo previsto no inciso II do parágrafo primeiro, será sobrestado o pagamento até a sua solução definitiva.


CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O LOCATÁRIO poderá rescindir unilateralmente o presente Contrato conforme os motivos seguintes:

- I - Por ato unilateral, escrito, do LOCATÁRIO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8666/93;
- II - amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta dias), não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando o interesse público;
- III - judicialmente, nos termos da legislação vigente;

§1º. Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o(a) LOCADOR reaver o imóvel alugado, salvo se motivado por infração contratual. O LOCATÁRIO, todavia, poderá devolvê-lo, pagando multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre a somatória dos aluguéis que restarem até o fim do Contrato.

§2º. Estando o presente Contrato prorrogado, nos termos dos § 2º e § 3º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, qualquer das partes poderá denunciá-lo, desde que notifique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

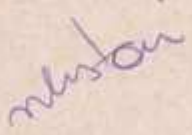


Michelle Araújo Rodrigues
Assessora Jurídica - OAB/MG 87.349
CRESS 6ª Região

SEDE: (31) 3226-2083 | cress@cress-mg.org.br
Rua Tupis, 485 - sala 502 - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP 30190-060

SECCIONAL JUIZ DE FORA: (32) 3217-9186 | seccionaljuizdefora@cress-mg.org.br
Av. Barão do Rio Branco, 2595 - sala 1103/1104 - Juiz de Fora - MG - CEP 36010-907

SECCIONAL MONTES CLAROS: (38) 3221-9358 | seccionalmontesclaros@cress-mg.org.br
Av. Coronel Prates, 348 - sala 1002 - Centro - Montes Claros - MG - CEP 39400-104

SECCIONAL UBERLÂNDIA: (34) 3236-3024 | seccionaluberlandia@cress-mg.org.br
Rua Machado de Assis, 501 - Loja 16 - Centro - Uberlândia - MG - CEP 38400-112



Página 7 de 9

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

Para devolução do imóvel e rescisão do respectivo contrato de locação, o LOCATÁRIO deverá observar os seguintes procedimentos:

1 - Fazer notificação prévia de entrega do imóvel nos termos previstos no Contrato de Locação e na Lei do Inquilinato.

2 - Agendar, junto ao LOCADOR, vistoria no imóvel com antecedência mínima de 10 dias, que poderá ser realizada entre segunda-feira e sexta-feira, das às 13h30min horas às 18 horas, com a presença do LOCATÁRIO ou seu representante. No momento da vistoria o imóvel deverá estar totalmente desocupado e com água e energia elétrica ligadas.

3 - O imóvel e seus acessórios deverão ser restituídos no estado e nas mesmas condições que foram entregues ao LOCATÁRIO.

§1º. Caso sejam verificadas pendências a serem corrigidas no imóvel na vistoria realizada, o LOCATÁRIO deverá resolvê-las e, posteriormente, agendar nova vistoria de conferência para então entregar as chaves do imóvel ao LOCADOR, apresentando, neste momento, último recibo pago e certidão de adimplência com o Condomínio, firmada pelo síndico, as guias originais do IPTU quitadas, relativas ao período da Locação, as 03 últimas contas pagas de COPASA e CEMIG, bem como os respectivos consumos finais, xérox das guias de Taxa de Incêndio, relativo ao período da locação (nos casos de locações não-residenciais ou comerciais) e efetuando o pagamento de aluguéis e multas contratuais, se houver.

§2º. Ficá acordado entre as partes que os aluguéis e demais encargos contratuais serão devidos até a efetiva devolução do imóvel sem pendências, conforme Contrato e Laudo de Vistoria celebrado.

§3º. É facultado ao LOCADOR receber o imóvel com as pendências apuradas na vistoria para fazer os respectivos orçamentos, que deverão ser pagas pelo LOCATÁRIO. O não ressarcimento por parte do LOCATÁRIO destes orçamentos autorizará a sua respectiva cobrança extra e/ou judicial, servindo de título hábil as notas e orçamentos feitos, ainda que o serviço não tenha ainda sido executado pelo LOCADOR.

Michelle Araújo Rodrigues
Assessora Jurídica - OABMG 87.349
CRESS 6ª Região

SEDE: (51) 3226-2083 | cress@cress-mg.org.br
Rua Tupis, 485 - sala 502 - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP 30190-060

SECCIONAL JUIZ DE FORA: (32) 3217-9186 | seccionaljuizdefora@cress-mg.org.br
Av. Barão do Rio Branco, 2595 - sala 1103/1104 - Juiz de Fora - MG - CEP 35010-907

SECCIONAL MONTES CLAROS: (38) 3221-9358 | seccionalmontesclaros@cress-mg.org.br
Av. Coronel Prates, 348 - sala 1002 - Centro - Montes Claros - MG - CEP 39400-104

SECCIONAL UBERLÂNDIA: (34) 3236-3024 | seccionaluberlandia@cress-mg.org.br
Rua Machado de Assis, 501 - Loja 16 - Centro - Uberlândia - MG - CEP 38400-112

Montes
Página 8 de 9

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica acordado entre as partes que qualquer citação, intimação ou notificação, poderá ser feita mediante correspondência com aviso de recebimento e-mail, fac-símile, ou ainda, sendo necessário, pelas demais formas previstas no Código de Processo Civil, tudo isto de acordo com o item IV do artigo 58 da Lei nº 8.245 de 18/10/91.

Caberá a Conselheira Carla Alexandra Pereira CRESS 5290, Coordenadora Local da Seccional Montes Claros o acompanhamento de todas as Cláusulas do presente Contrato, respondendo por qualquer questão referente a esta Locação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

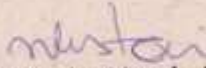
Parágrafo único. O LOCATÁRIO providenciará a publicação deste Contrato na Imprensa Oficial em forma resumida, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Parágrafo único. Fica eleito o foro da Justiça Federal de Montes Claros para dirimir qualquer dúvida na aplicação deste Contrato e renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

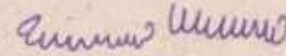
Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular de Contrato de Locação, em 03 vias de igual forma e teor, para as finalidades de direito, perante as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2017.


Julia Maria Muniz Restori
CRESS nº 3696
Presidente do CRESS 6º Região


José Aroldo Soares
CPF 149.065.386-49
Proprietário

Testemunhas:

1- 
CPF: 101.333.436-18

2-
CPF:


Michelle Araújo Rodrigues
Assessora Jurídica - OAB/MG 87.349
CRESS 6º Região

Página 9 de 9

SEDE: (31) 3226-2083 | cress@cress-mg.org.br
Rua Tupis, 485 - sala 502 - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP 30190-060

SECCIONAL JUIZ DE FORA: (32) 3217-9186 | seccionaljuizdefora@cress-mg.org.br
Av. Barão do Rio Branco, 2595 - sala 1103/1104 - Juiz de Fora - MG - CEP 36010-907

SECCIONAL MONTES CLAROS: (38) 3221-9358 | seccionalmontesclaros@cress-mg.org.br
Av. Coronel Prates, 348 - sala 1002 - Centro - Montes Claros - MG - CEP 39400-104

SECCIONAL UBERLÂNDIA: (34) 3236-3024 | seccionaluberlandia@cress-mg.org.br
Rua Machado de Assis, 501 - Loja 16 - Centro - Uberlândia - MG - CEP 38400-112



Plenário do CREMÉRJ no 2º andar. No dia 20/09/2017, foi realizada sessão para esse mesmo Pregão, sendo contemplado os Credores...

Sábado - 23, 24 de setembro de 2017. SANDRA ALMEIDA Psicóloga

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2017 - UASG 389176

Processo nº 028/2017, CONVITE Nº 01/2017. Contratação Conselho Regional de Medicina de Pernambuco - CREMEPE, CNPJ 05091 Contrata - 07.043.953-0001-23. Comando: B7D3 TECNOLOGIA LTDA...

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: PR-01/2017-SMP. Contratação Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul. Objeto: Aquisição de Hardware e Software de Informática LOIEN 11 e 17. Comandante: RLP DO ANGELO COMERCIAL EPP CNPJ: 22.845.248/0001-80...

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo PR 17/2016. Objeto: Manutenção predial preventiva e corretiva nos Salas das Delegacias Seccionais. Contratada: BRASERV LTDA (CNPJ): 04.331.832/0001-34...

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 1ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 2/2017 - UASG 389217

Nº Processo: 019/2017. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Marcenaria com fornecimento de materiais, fabricação, montagem e instalação de mobiliário sob medida...

DOMÊNIO RAMOS DE SOUZA Gerente Administrativo

(MDEC - 21/09/2017) 389217-09989-201702-999999

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 3ª REGIÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 16/2017

A Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região, no exercício das suas atribuições, torna público o resultado da Licitação Pregão 16/2017, Processo 047-85-2017. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de acessórios de regimenteria (F5)...

Silvia Maria Franciscato Cozzolino

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/atomica/diario, pelo código 000/2017092200158

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE ALAGOAS

EDITAL DE CONVOCACÃO Nº 7, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017 2ª ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2017

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Alagoas, no uso das atribuições conferidas pelo Regulamento Interno, Resolução CRO-AL 01/2014, Decreto CRO 00-2013 e no âmbito do Edital Nº 01/2017, considerando o resultado final do Concurso Público para provimento de cargos efetivos da autarquia CRO-AL...

ROÃO ALFREDO TENÓRIO LINS GUIMARÃES

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 6ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº CRESS-MG-06/019/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO CONTRATO Nº CRESS-MG-06/019/2017. Pátria: Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região e a empresa Receptiva Administração de Imóveis Ltda. Fica prorrogado o contrato de Locação de Sala, situada à Avenida Barão do Rio Branco, nº 2395, sala 1105, Jaz de Faria/MO. Valor total R\$ 6.709,44...

EXTRATO DO CONTRATO Nº CRESS-MG-06/019/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO CONTRATO Nº CRESS-MG-06/019/2017. Pátria: Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região e a Sr. José Abílio Soares. Fica prorrogado o contrato de Locação de Sala, situada à Avenida General Furtos, nº 348, sala 1002, Município Clamato/MG. Valor total R\$ 11.803,00...

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2017

Nº Processo Inexigibilidade 009/2017. Objeto: contratação de Prestação de Serviço Especializado em Serviço Social para participação no Planejamento Estratégico do Centro 2017-2020 do CRESS 6ª Região no dia 21 de setembro de 2017. Fundamento Legal: inciso II, do art. 25, cunhada com art. 36 da Lei 8.666/93...

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 9ª REGIÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo fato de Sr. Ana Claudia D'Oliveira Cabelo Borges estar em local incerto e não sabido, expõem-se presente edital pelo qual fica a mesma devidamente notificada a comparecer na sede do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 9ª Região-SP, à Rua Conselheiro Nébias nº 1023 - Campo Limpo - São Paulo/SP - Cep: 01203-003 a fim de tomar conhecimento do resultado do julgamento do Processo nº 008/2014, no qual ficará nome determinado no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente publicação.

Silvia Paula, 21 de setembro de 2017 KELLY RODRIGUES MELATTI Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2017

O CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CORECS, torna público que no dia 04 de outubro de 2017, às 14h, na sede deste Conselho sito à Rua Pedro Chaves Barcelos nº 3.079, Belo Vista, Porto Alegre, RS, realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com/sem valor de contratação de empresa especializada para a prestação de SERVIÇOS DE PORTARIA, sem porte, nos horários compreendidos entre 08h às 12h e das 13h às 17h30min (04 horas semanais), de Segundas às Sextas-feiras, exceto feriados, junto ao prédio localizado na Rua José de Alencar nº 1.121, na cidade de Porto Alegre/RS, conforme definições, especificações e quantidades descritas no Termo de Referência...

de prestar professor facultativo. Os interessados poderão obter maiores informações sobre a licitação, acessando a site http://www.cone-cx.org.br/licitacoes

Porto Alegre, 21 de setembro de 2017 PAULO HENRIQUE BOCHIA DA COSTA Presidente

AVISO REVOCACÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2017

Objeto: contratação de empresa de engenharia civil arquiteta, para a prestação de serviços especializados, visando à elaboração de projeto técnico de reforma e/ou ampliação de ART no RRT devendo contemplar todos os elementos necessários à sua completa execução.

LEIEL SIMÕES LANSARIM Diretora Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 6ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017

O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DO PARANÁ, torna público aos interessados o abertura do Pregão Eletrônico de nº 12/2017, processo nº 5-478/17, na data de 07/09/2017, às 09:30 horas. Objeto: aquisição de luminárias eletrônicas de LED (Módulo led+e+ módulo) e de refletores de LED, para suprir a demanda em instalações de sede do CRECI-PR de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos. O edital poderá ser adquirido através dos sites: www.crecoip.gov.br e www.comprasparanama.gov.br

Cristina PR, 21 de setembro de 2017. ALEXSANDRO BUSSARDE Presidente

Ineditórias

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2017

A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL DE SÃO AGRADES, através da Coordenadoria de Planejamento de Licitação/COMPLICAD, Contrato de Registro nº 796.083/2017/SEADENVA/AGRAER, torna público a realização da licitação objeto:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSARO PREGÃO ELETRÔNICO: 014/2017 PROCESSO: 71.660.490/2017 ABERTURA DA SESSÃO: Às 09:00 horas do dia 08/10/2017. (HORÁRIO LOCAL). ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.cemadec.com.br

O edital, editais e demais avisos, encontram-se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.cemadec.com.br

JOSE ROBERTO SCARPIN RAMOS Coordenador de Planejamento Licitação(SA)

AGENCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

AVISOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da ANATER no uso de suas atribuições legais, nos Termos do Art. 9, inciso XVII do RLCC, considerando ainda o parecer favorável da Assessoria Jurídica, RATHYCA:

DISPENSA Nº 09/2017. Objeto: Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural além de beneficiar 3.400 (três mil, quatrocentos e sessenta) famílias de agricultores no estado do PERNAMBUCO. Valor Global pactado: R\$ 17.402.858,01 (Dezesseis milhões, quatro mil, oitocentos e trinta e oito reais e sete centavos). Sendo: R\$ 3.002.809,01 (Três milhões, dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e sete centavos) para 2017, R\$ 6.003.969,11 (Seis milhões, quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e sete centavos) para 2018, R\$ 6.003.969,99 (Seis milhões, quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e nove centavos) para 2019 e R\$ 1.997.802,10 (Um milhão, novecentos e oitenta e sete mil, noventa e noventa e nove reais e sete centavos) para 2020.

DISPENSA Nº 14/2017. Objeto: Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural além de beneficiar 2970 (Dois mil novecentos e setenta) famílias de agricultores no estado do PIAUÍ. Valor global pactado: R\$ 9.251.540,74 (Nove milhões, duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e quarenta e nove reais e quatro centavos). Sendo: R\$ 908.837,09 (Novecentos e oito mil oitocentos e trinta e sete reais e sete centavos) para 2017, R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões) para 2018, R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões) para 2019 e R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões) para 2020.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.